

Poesia na língua e no discurso: a questão da metáfora na constituição dos sentidos

Augusto Radde

Submetido em 13 de outubro de 2016.

Aceito para publicação em 15 de outubro de 2017.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 54, outubro de 2017. p. 110-125

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
 - (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
 - (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
 - (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.
-

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>
Segunda-feira, 23 de outubro de 2017
20:59:59

POESIA NA LÍNGUA E NO DISCURSO: A QUESTÃO DA METÁFORA NA CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS

POETRY IN LANGUAGE AND IN DISCOURSE: THE PROBLEM OF METAPHOR IN THE CONSTITUTION OF MEANINGS

Augusto Radde¹

RESUMO: Apresento neste artigo uma leitura sobre a questão da metáfora na constituição dos sentidos, a partir de uma relação entre Saussure e Pêcheux, considerando que o valor linguístico do signo surge na teoria saussuriana como uma noção que abre espaço para que pensemos o sentido e avancemos em direção ao discurso de Pêcheux. Desse modo, coloco em discussão a questão da metáfora e de sua importância para que trabalhem a relação entre língua e história e analiso um discurso de campanha de prevenção a DST-AIDS, com base no pressuposto de que o traço do poético é inerente a todo discurso e encontra seu lugar na ordem interna da língua.

PALAVRAS-CHAVE: língua; metáfora; discurso; sentido(s).

ABSTRACT: In this article I present a reading of the problem of the metaphor in the constitution of meanings based on the relation between Saussure and Pêcheux, considering that the linguistic value of the sign appears in the theory as a notion that enables one to think about the meaning and move towards the discourse as Pêcheux conceives it. Thus, I discuss the problem of the metaphor and its importance to work with the relation between language and history. I also analyze a discourse of AIDS-STD prevention campaign based on the presupposition that the poetic trace is intrinsic of every discourse and finds its place in the internal order of the language.

KEYWORDS: language; metaphor; discourse; meaning(s).

*Não é confortável o que te escrevo. Não faço confidências.
Antes me metalizo. E não te sou e me sou confortável; minha
palavra estala no espaço do dia. O que saberás de mim é
sombra da flecha que se fincou no alvo.*

(Clarice Lispector, *Água Viva*)

1. Introdução

O imaginário social na contemporaneidade apresenta-se fortemente condicionado pela lógica idealista, a qual visa à separação de sujeitos e objetos, de modo que estes sejam apreendidos por aqueles, configurando uma maneira de capturar o mundo exterior pelo viés do pensamento. Sobre isso, Pêcheux (2008) nos apresenta o posicionamento das ciências matemáticas e da natureza frente ao real que vem abalar

¹ Professor convidado no curso de Pós-graduação em Produção e Revisão Textual da Universidade Ritter dos Reis, Doutorando no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bolsista de produtividade CAPES, augustoradde@yahoo.com.br.

essa lógica; tal posicionamento visa encontrar soluções para problemas, a partir de técnicas materiais as quais se opõem às técnicas de adivinhação e interpretação e que deixam de lado o que sobra, o “resto” que não cabe no que é da ordem do estabilizado, característica do que vem a higienizar as relações sociais e apagar diferenças de diversas ordens. A citação que segue expõe, por esse caminho, a lógica disjuntiva que funciona pelo viés de uma coerção que separa e conduz os sujeitos:

A esta série vem se juntar a multiplicidade das “técnicas” de gestão social dos indivíduos: marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de lavá-los à guerra e de lhes fazer filhos... este espaço administrativo (jurídico, econômico e político) apresenta ele também as aparências da coerção lógica disjuntiva: é “impossível” que tal pessoa seja solteira E casada, que tenha diploma E que não o tenha, que esteja trabalhando E que esteja desempregado, que ganhe menos de tanto por mês E que ganhe mais, que seja civil E que seja militar, que tenha sido eleito para tal função E que não tenha sido, etc... (PÊCHEUX, 2008, p.30)

Essa homogeneidade lógica, organizada no espaço administrativo de que nos fala Pêcheux, apresenta-se como necessária aos sujeitos, diante das demandas sociais a que todos estamos submetidos; e, segundo o autor, de nada adianta negar essa necessidade de aparência, a qual acaba por representar uma forma de proteção do sujeito diante da multiplicidade de “coisas-a-saber”, das ameaças à felicidade. E essa homogeneidade necessária aparece na relação dos indivíduos com o próprio corpo, bem como fundamenta a existência da linguagem, constituída, enquanto espaço simbólico, como um lugar que organiza e representa socialmente as relações entre os sujeitos. Diante dessa configuração social, no interior dos estudos da linguagem, teóricos de diferentes correntes linguísticas vêm propondo leituras a respeito da língua e de seu funcionamento, através das quais é possível que se perceba uma aproximação a essa lógica por parte de uns, ao passo que um distanciamento é verificado em outros. A maneira de lidar com a língua e com o sentido mostra uma diversidade de pensamentos e marca posicionamentos a respeito dessa relação entre a língua, o sujeito e o social.

Com base nisso, e considerando a pertinência de que a questão do sentido seja discutida desde sempre no interior dos estudos da linguagem, apresento uma leitura sobre uma noção-chave para que pensemos a relação entre essa lógica da disjunção e a língua, qual seja a noção de metáfora. Para tanto, começo lá pelo começo: busco nos postulados de Ferdinand de Saussure espaços a partir dos quais a metáfora possa ser considerada, a fim de dar um salto até os estudos sobre o discurso em Michel Pêcheux, partindo da premissa de que a língua é o lugar da metáfora, ou seja, de que a metáfora é condição de existência do(s) sentido(s) na língua. Saliento que esse jogo necessário entre língua e discurso e, portanto, entre Saussure e Pêcheux, fora realizado por este desde o início de seus trabalhos sobre o discurso, nos quais o autor sempre reconheceu a importância da Linguística e de seu mestre, assim como a própria problematização do sentido já foi por ele teorizada, em parceria com François Gadet (2004), por exemplo – na obra a qual apresentarei já na próxima seção deste texto – durante seu incessante exercício de leitura da obra saussuriana.

A discussão teórica orienta uma leitura sobre o discurso de campanha de prevenção cujo motivador são as *políticas públicas*² de saúde, de onde tento ler a questão do sentido sustentado pela metáfora constitutiva, seguida de um olhar para o jurídico a respeito da saúde pública no Brasil. A sequência discursiva (Sd), é composta de um texto de prevenção às DST/AIDS, para cuja complementação da análise será trazido um trecho que compõe a 1ª CNS (Conferência Nacional de Saúde), datada do ano de 1937, quando o atual governo abre espaço para que as questões de saúde pública sejam legisladas no país. Esse trecho não será aqui considerado uma sequência discursiva de análise, apesar de eu apresentar uma breve leitura sobre ele. Vale ressaltar, ainda, que, num âmbito geral, as questões de sentido, guiadas pela problematização da metáfora, conforme já mencionado, serão trabalhadas a partir de uma interpretação sobre como a ideologia trabalha no discurso, o qual, por sua vez, é materializado na língua. E, ainda, a partir de um olhar que põe em relação a língua e a história no funcionamento discursivo da saúde pública no Brasil, através de uma escuta a qual coloca em jogo o modo como os sentidos são *meta-forizados* (PÊCHEUX, 2011), ou seja, deslocados de uma *formação discursiva* (FD³) a outra, em conjunturas sócio-políticas específicas.

2. O conceito de Valor em Saussure e um lugar para o sentido na língua

A obra de Saussure apresenta muitas possibilidades de leitura. E o que se vê a partir de seu pensamento enigmático são possibilidades das mais diversas, de maneira que divergências apareçam a fim de demarcar territórios e de constituir objetos de análises específicos; pode-se justificar esse fato a partir do que ele próprio diz ao apresentar a Linguística enquanto categoria científica: *o ponto de vista é que cria o objeto*. Se seu ponto de vista delimitou a língua como objeto de análise, tal como ele a concebeu, como um sistema de signos organizado na coletividade, o fez como uma tomada de posição epistemológica, mostrando ser necessário separá-la da fala para que sua empreitada teórica ganhasse fôlego e consistência. A constituição da Linguística enquanto ciência figurou como produto de condições históricas em que o estruturalismo fincava bandeira, fortemente enraizado nos postulados do positivismo, o que, de fato, determinou grande parte das leituras produzidas a partir de então.

Apesar de a leitura saussuriana ter trazido uma série de dicotomias, como língua/fala, significante/significado, sintagma/paradigma, houve lacunas que apontam para um questionamento da estabilidade do sistema; um terceiro elemento surge como possibilidade de abalo ao estabilizado da língua – o conceito de *valor* – elemento fundamental que organiza a arquitetura teórica de Saussure, sustentando as dicotomias e

² Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticPublicas.pdf

³ A *formação discursiva* organiza os dizeres do sujeito. Quando interpelado pela ideologia, ele diz a partir de uma regulação de suas formulações feita pela formação discursiva a qual ele se vincula e que representa a matriz dos sentidos. Ela determina, portanto, de acordo com Pêcheux (2009), aquilo que pode e deve ser dito, bem como aquilo que não pode nem convém ser dito pelo sujeito do discurso.

abrindo espaço para que essas relações sejam pensadas. Além disso, outras questões demonstram uma “confusão” que gira em torno do sentido, elemento não trabalhado, ao menos de modo explícito, por Saussure: quando considera a importância do eixo associativo, a língua como diferenças, sem termo positivo e, ainda, quando problematiza a questão da analogia, o autor coloca em relação a língua e a fala e, apesar de justificar essa problemática a partir de uma subordinação da segunda à primeira, é revelada uma sensibilidade relativa “ao trabalho do significante, abrindo caminho para um questionamento da representação clássica do significado sempre já lá, associado à problemática da metáfora.” (NORMAND, 2009, p. 54)

O valor traz ao sistema a possibilidade do outro, de o sentido vir a ser, apesar de não ter sido tratado dessa maneira pelo mestre genebrino. Se a relação entre os signos ocorre pela oposição, de modo que comporte a significação, a partir de diferenças – um é o que o outro não é – vemos aí um lugar de emergência de sentidos, pois esse funcionamento definido pelo termo *relação* coloca em causa a ideia de movimento do significante, não somente no próprio interior do signo como também na relação com outros significantes do sistema. Ao considerar que um termo não deve ser definido apenas em sua relação interna, como união de um som a um conceito, no *Curso de Linguística Geral (CLG)*, Saussurenos dizem:

Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte; seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles, quando, pelo contrário, cumpre partir da totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra. (SAUSSURE, 2004, p.132)

Insistindo na sobreposição do valor à significação, o autor reclama a exterioridade para comparar ao sistema, apontando o fato de que mesmo fora da língua – e ele exemplifica através das atividades de base econômica (a compra, a venda e a moeda) – e, portanto, também no sistema linguístico, as relações são constituídas sempre “1º por uma coisa *dessemelhante*, suscetível de ser *trocada* por outra cujo valor resta determinar”, admitindo a possibilidade de troca – até mesmo por algo que seja *diferente* (sou eu quem lê assim) – mantendo a dessemelhança em relação ao termo (a coisa) escolhido para compor o sintagma; e “2º por coisas *semelhantes* que se podem *comparar* com aquela cujo valor está em causa”, colocando em cena a existência da comparação como forma de substituição por semelhança semântica. (SAUSSURE, 2004, p.133)

Essa questão permite a problematização do sentido enquanto construção, de onde se pode ler um afastamento da oposição disjuntiva que separa sentidos, categorizando-os como próprios/origens ou figurados/derivados. Essa relação estipulada pelo valor entre os signos, por oposição, aponta um lugar para que pensemos a metáfora no interior do sistema linguístico dessa mesma língua pensada por Saussure, apesar de essa relação não ultrapassar as barreiras da língua, de modo que a exterioridade não seja efetivamente trabalhada pelo autor. É preciso nesse caso que a língua seja mobilizada pela fala para que algo do exterior possa ser pensado como totalmente subordinado ao sistema. Ainda Normand, por esse caminho, problematizando a questão do sentido e a emergência da metáfora no interior da linguística saussuriana, vai nos dizer o seguinte:

Com efeito, se ele não fala de metáfora, ele teoriza, por outro lado, sobre a *atividade de associação* (comparação), fazendo desta um componente fundamental do ato linguístico, ato de ‘construção’ sempre ligado a uma ‘comparação’ implícita, ato de síntese (‘sintaxe’) que implica uma ‘análise’,

produção de ‘discurso’, referindo-se sempre a uma ‘intuição’. (NORMAND, 2009, p. 47)

Essas questões obscuras no *CLG* parecem ganhar luz no momento em que Saussure lê os anagramas em *Palavras sob as Palavras*, quando toca explicitamente a questão do sentido e permite colocar em questão a homogeneidade do sistema, trazendo para discussão o discurso como ato que coloca a língua em movimento:

O que é preciso para que tenhamos a ideia de que queremos significar alguma coisa, usando termos que estão disponíveis na língua? É uma problemática idêntica ao de saber o que é o discurso (...): o discurso consiste, ainda que de modo rudimentar ou por caminhos que ignoramos, em afirmar um elo entre dois conceitos que se apresentam revestidos de forma linguística, enquanto a língua previamente apenas realiza conceitos isolados, que esperam ser relacionados entre si para que haja significação do pensamento. (SAUSSURE, 1975, p.9-10)

Desse modo, Saussure coloca a questão do discurso como responsável por um jogo realizado com as peças do sistema, colocando à prova a garantia da língua, já que é o discurso em movimento/funcionamento que será capaz de *afirmar um elo entre dois conceitos que se apresentam revestidos de forma linguística*. Conforme a leitura de Romão (2011), o que vemos é a inscrição de uma “não-garantia” da própria língua e a possibilidade para que pensemos o sistema como um lugar de opacidade, a qual passa a fazer parte, a constituir o jogo linguístico no funcionamento do discurso, exatamente nos caminhos os quais Saussure diz ignorar. De acordo com a autora, quando o linguista traz essas questões, colocando em causa a eficácia do significante – o qual precisa do discurso para ter valor – e apontando a instabilidade das palavras, ele apresenta uma concepção que “(...) fratura a certeza de que a língua possa ser entendida como uma ferramenta exata de comunicação, sujeita ao controle do falante e ao fechamento de sentidos”, bem como a língua apresenta total autonomia em relação ao que lhe é externo e seja capaz de “(...) estabelecer uma relação direta entre interlocutores ancorados na eficácia da mensagem.” (ROMÃO, p. 156-57)

Alguns linguistas estruturalistas ficaram cegos em relação a essas questões, mantendo-se fiéis à leitura da lógica disjuntiva, com base na qual a língua comporia uma homogeneidade ensurdecidora, colocando para fora tudo aquilo que não coubesse na sua estrutura. Foi o caso de Chomsky, que através de sua leitura de Saussure passou a considerar os fatos linguísticos com base na dicotomia entre *gramatical* e *agramatical*, segundo a qual só fazem parte da língua as estruturas linguísticas bem formadas (gramaticais), de modo que aquelas que colocam à prova a homogeneidade, rompendo com a estrutura padrão, estão fadadas à exclusão (agramaticais). Essa ótica chomskyana apresenta uma *das metáforas geométricas* (FERREIRA, 1999) apresentadas por teóricos no percurso dos estudos da linguagem, as quais estabelecem por distintas designações aquilo que pode estar *dentro* e aquilo que pode estar *fora* da língua. Sob essa ótica, “(...) só há espaço para dois círculos concêntricos; o núcleo e a periferia, espaços esses devidamente demarcados. Os julgamentos de gramaticalidade constituem o único controle empírico de que o linguista dispõe para validar o modelo de regras que ele postula.” (FERREIRA, 1999, p. 129)

Já Pêcheux e Gadet (2004), em sua leitura discursiva, vão na contramão dessa lógica, apontando a necessidade de se trabalhar nos *universos discursivos não-logicamente estabilizados* (UNLE's), os quais comportam o equívoco e configuram-se

como lugares do político e do sócio-histórico, rompendo com a lógica dura das ciências naturais – conforme mencionadas acima – que sustenta os *universos discursivos estabilizados (ULE's)*, lugares em que estão abrigados os estruturalistas. Ao nos apresentarem uma leitura sobre o conceito de valor em Saussure, os autores nos esclarecem o equívoco de leituras que buscam fundamento de forma radical na arbitrariedade interna do signo, considerando as relações de valor (por oposição) entre os signos do sistema como submetidas a uma estrutura equilibrada e relegando à fala, conseqüentemente, o lugar de deslizamentos autorizados por essa estrutura. Tal fato contribui para que se divida o mestre genebrino em dois, de maneira que a questão dos sentidos e da mudança figure no espaço da poesia, da transgressão ao valor exclusivamente sistêmico, como um contraponto da linguagem ordinária dos “mundos normais” e estabilizados:

Para nós, o saussurianismo não se divide assim: o que faz aqui irrupção na lingüística (e que nela fica parcialmente entravado) refere-se precisamente à relação entre o diurno e noturno, entre a ciência e a poesia (ou até a loucura). O que só pode ser concebível retomando-se as duas faces da obra saussuriana sob o domínio do conceito de valor. (GADET&PÊCHEUX, 2004, p.57)

Ao questionar essa submissão ao sistema, os autores invalidam tal dicotomia sobre a língua e defendem o traço do poético como inerente a toda linguagem, com base no próprio Saussure – quando analisa os versos saturninos em seu trabalho sobre os anagramas –, e a língua como um espaço que comporta em seu interior a poesia. O noturno do pensamento encontra seu lugar no sistema linguístico, espaço do “não-todo” que percebe um abalo na sua sintaxe devido ao trabalho do eixo associativo; tal movimento pode ser mais perceptivo no trabalho com a linguagem pelo viés da poesia, sem que, contudo, deixe de habitar toda e qualquer manifestação da linguagem. “Poder-se-ia assim dizer, no espírito do comentário de Lacan sobre a fórmula ‘não há pequenas economias’: ‘não há linguagem poética’” (GADET&PÊCHEUX, 2004,p.58).

É esse ponto, então, que tem a ver com o inconsciente, com a falha e a infinitude que abala e desestabiliza a ordem, da língua e da história. Antes de passar para a próxima seção, considero relevante trazer, novamente, a linguista Normand, quando aproxima o pensamento de Saussure ao de Freud, a fim de comparar o funcionamento das leis linguísticas ao do inconsciente, comparação através da qual, na materialidade da língua, a metáfora e o paragrama (as palavras sob as palavras), “(...) aparecem, então, como casos particulares (linguísticos) do processo geral de deslocamento, manifestações da lógica do ‘substituto’, relacionada teoricamente ao recalque, portando ao inconsciente.” (p.56). Essa leitura da autora aponta para a questão do inconsciente interferindo naquilo que é dito pelo significante, fazendo-o movimentar-se no jogo estabelecido pelo discurso, e leva-me a seguir a fronteira discursiva.

3. Língua e metáfora na ótica discursiva: lugar do(s) sentido(s)

No mesmo texto citado há pouco, Pêcheux e Gadet são enfáticos ao relacionarem a questão estruturante da língua como lugar do “não-todo” – que comporta

a possibilidade do outro justamente por sofrer influência da *alíngua*⁴ - à questão do valor linguístico, já que é essa noção que vai romper com a ilusão de complementariedade da língua, ao mesmo tempo sustentando e limitando a arbitrariedade do signo; o valor permite o não apagamento da *alíngua* e surge como um elemento cujo espaço “(...) é o de um sistêmico capaz de subversão em que, no máximo, qualquer coisa pode ser representada por qualquer coisa.” É aí que está a importância do sistema na teoria discursiva, como um lugar não controlado pelo sujeito. Entretanto, para que esse lugar não caia na “univocidade psicológica das escolhas”, no pragmatismo advindo de uma leitura sobre o eixo paradigmático, é preciso manter a relevância do sistêmico, com base na qual, segundo os autores, “(...) a língua domina o pensamento, impondo-lhe a ordem do negativo, do absurdo e da metáfora. É aí que a ciência da linguagem relaciona-se com o registro do inconsciente.” (GADET&PÊCHEUX, 2004, p.59)

Se na concepção objetivista e abstrata de língua a metáfora aparece como uma possibilidade de substituição semântica, a partir da qual a significação é conduzida pelo contexto da frase e seu estudo é dedicado a uma “categoria” específica nos estudos linguísticos, qual seja a das “figuras de linguagem”, na concepção discursiva, ela passa a ser percebida como condição de existência do discurso, através de um viés que prevê o sentido sempre em movimento, instituindo-se no interior de uma formação discursiva, em relação direta com a interpelação ideológica que se coloca à língua.

Nesse sentido, a metáfora não estaria relacionada apenas ao discurso poético, tampouco a escolhas conscientes dos sujeitos submetidos a um sistema que prevê um sentido original para as palavras. Ela é a âncora do sentido inerente a qualquer discurso, o que, de acordo com Pêcheux, afasta a ciência e seus discursos do espaço da logicidade, já que se constituem também a partir de “redes metafóricas” que lhes servem de base, fato sobre o qual o autor conclui dizendo que, desse modo, o discurso científico, encarnado nas mais diversas teorias, “(...) não é pois dissociável dos efeitos metafóricos, que não podemos, assim, restringir ao espaço ‘subjetivo’ do vivido cotidiano ou da poesia.” (PÊCHEUX, 2011, p. 154-55). E a poesia está, portanto, sustentando os sentidos dos discursos os quais, por sua vez, materializam-se na língua.

Pêcheux questiona, neste mesmo texto, a noção ilusória de que existiria um sujeito-origem e de que a discursividade estaria ligada a uma matriz originária, cuja existência estaria apenas e intimamente ligada às questões de semântica e de pragmática. Assim, o filósofo opera um deslocamento, a partir de Foucault e da noção de *fd*, que traz a noção de efeito, aplicada tanto ao sujeito quanto ao sentido, considerando que ambos se constituem simultaneamente no discurso. Para tanto, passamos das noções de subjetividade e intersubjetividade à de assujeitamento, ao discurso e, logo, à ideologia, o que nos ajuda a perceber a linguagem como composta de efeitos (do interdiscurso) que se moverão por entre espaços de desestabilização, em relação às formas históricas da discursividade, os quais vislumbram a contradição. Assim falamos em discurso e, de acordo com Pêcheux, em produção discursiva, considerando-a como região de efeitos de sentido que são recortados do interdiscurso, ele próprio constituído como efeito:

⁴ Pêcheux sustenta a leitura de J-C. Milner, a qual, com base em Lacan, considera que a *alíngua* é o lugar em que o impossível habita; configura-se como uma borda que põe a ver o real como constitutivo da língua, de modo que ele seja interdito por uma proibição do simbólico sem que, contudo, deixe de existir. O espaço da *alíngua* abriga o impossível que é próprio à língua, representando um lugar do qual se fala o que não é permitido falar.

Nesta perspectiva, o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: *é porque* os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. (PÊCHEUX, 2011, p.158, grifos do autor)

O que vemos é um deslocamento no modo de pensar a língua, o qual se sustenta fundamentalmente relacionando-a à história, a partir de uma leitura marxista que traz a história como um lugar privilegiado para que pensemos as relações sociais. A questão da metáfora perpassa esse exterior que no interior possibilita a existência de sentidos. Os universos logicamente estabilizados leem os fatos do lugar da Superestrutura, a qual detém o poder e regula as práticas sociais, contribuindo para a alienação da massa, de modo que, sem assumir uma *consciência de classe*⁵ todos sejam conduzidos a seus lugares sem questionamento; e emerge daí o sujeito pragmático, sedento por uma homogeneidade lógica diante das urgências e necessidades impostas como transparentes pela lógica do mundo normal. O que há é uma tentativa de apagamento da Infraestrutura, enquanto lugar da base econômica que abriga as forças produtivas.

A dialética das relações sociais encontra-se nas relações de direito e de dever às quais os sujeitos estão submetidos, levando-se em consideração o fato de que com o advento do Estado de Direito, a grande contradição é marcada linguisticamente a partir do que diz respeito ao modo como os sujeitos se colocam no lugar institucional o qual ocupam em relação às forças sociais na história: *é sujeito de direito ao mesmo tempo que está sujeito ao direito*. Esse fato, quando trazido ao terreno da língua, nos faz perceber que a contradição da história funciona na constituição de sentidos, permitindo ver que a questão da metáfora sustenta todo e qualquer saber na exterioridade, cujo movimento é abrigado pelo interdiscurso, e torna-se, desse modo, a possibilidade de existência do discurso, no ponto em que a história encontra a língua e é materializada no intradiscurso. Nas palavras de Pêcheux:

Nesse espaço de necessidade equívoca, misturando coisas e pessoas, processos técnicos e decisões morais, modo de emprego e escolhas políticas, toda conversa (desde o simples pedido de informação até a discussão, o debate, o confronto) é suscetível de colocar em jogouma bipolarização lógica

⁵ A problematização do funcionamento da ideologia e da luta de classes como motor da história – e no interior destes a alienação e a consciência de classes – sustenta leituras que se apoiam no materialismo histórico para pensar a questão do sentido, como é o caso da Análise do Discurso. Pode-se aprofundar essa leitura a partir de Marx, Althusser e Pêcheux, num movimento que segue uma espécie de genealogia do materialismo histórico, através do qual é possível perceber os avanços em relação à concepção marxiana que o funda. Não vou aprofundar aqui essa questão, apenas apontar o fato de que a noção de interpelação ideológica, a qual torna os indivíduos sujeitos de seus discursos, aparece como um elo que reproduz e transforma a teoria ao longo da história do materialismo, de modo que se compreenda o sujeito como um efeito ideológico, que dá materialidade à ideologia nas práticas sociais, em Althusser e, também, nas práticas discursivas, em Pêcheux, ambos fiéis a divisão empreendida por Marx no que diz respeito à Superestrutura e à Infraestrutura e sua relação de interdependência. E quando interpelado pela ideologia, cada um é conduzido ao seu lugar social na luta de classes, sob o efeito da evidência. Para melhor compreensão teórica, pode-se ler, por exemplo, Marx e Engels (1986), Althusser (1999) e Pêcheux (2009), em reedições brasileiras das respectivas obras, *A Ideologia Alemã, Sobre a Reprodução e Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*.

das proposições enunciáveis – com, de vez em quando, o sentimento insidioso de uma simplificação unívoca, eventualmente mortal, para si mesmo e/ou para os outros. (PÊCHEUX, 2008, p.33)

Essa questão da simplificação unívoca acompanha aquela do termo origem que fundamenta a possibilidade de existir a metáfora no interior dos estudos linguísticos, prevendo uma autonomia absoluta da língua, considerada como centro em cuja periferia estariam os sentidos derivados, os secundários e, por conseguinte, a metáfora. Tal fato acompanha a necessidade comentada acima, a qual começa, conforme Pêcheux, na relação que os sujeitos assumem com seu próprio corpo.

E face a essa necessidade a que estamos sujeitos, língua e história constituem-se através de uma contradição a qual tende a ser dissimulada nos discursos reguladores do poder, de maneira que as “coisa-a-saber” sobre as quais nos fala Pêcheux, sofram a tentativa de apagamento, em prol de uma estabilidade ilusória capaz de organizar as questões sociais sob o risco de uma leitura unívoca, baseada somente na Superestrutura: “o estado e as instituições funcionam o mais frequentemente – pelo menos em nossa sociedade – como polos privilegiados de resposta a esta necessidade ou a essa demanda.” (PÊCHEUX, 2008, p.34). Ao contrário dessa prática de leitura unívoca, Pêcheux nos ensina que devemos olhar os discursos a partir de um jogo que coloca em relação recíproca de determinação a Infraestrutura, enquanto instância da base econômica e das forças sociais, e a Superestrutura, enquanto instância de poder e da dominação ideológica. Ou seja: é preciso que levemos em consideração a contradição constitutiva de toda e qualquer prática social e discursiva.

Nesse sentido, a contradição ideológica a qual (des)organiza os saberes no interdiscurso, no domínio da heterogeneidade dos saberes, coloca em cena o inconsciente, num ponto de encontro entre o *non sens* que ele abriga e a interpelação, de modo que o assujeitamento possa vir a falhar e colocar em xeque a transparência das práticas sociais e, portanto, dos sentidos, recorrente da ilusão de centro do sujeito ego diante das demandas sociais. Pensada por esse viés, a língua passa a ser vista como uma estrutura que materializa as falhas da ideologia e serve de base para os deslizamentos do significante por entre as marcas do inconsciente que não são totalmente apagadas, pois “(...) trabalham sem se deslocar na pulsação sentido/*non-sens* do sujeito dividido.” (PÊCHEUX, 2009, p. 277). Podemos ver aí a relação entre língua e inconsciente na constituição dos sentidos, estes funcionando como efeitos-metafóricos – como possibilidades que dependem fundamentalmente dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos, lugares esses não isentos da falha do ritual de interpelação ideológica no momento em que ela encontra o registro do inconsciente, o que sustenta “(...) o fato de que ‘o sentido’ é produzido no ‘*non-sens*’ pelo deslizamento sem origem do significante, de onde a instauração do primado da metáfora sobre o sentido (...)” (PÊCHEUX, 2010, p.277).

Por esse viés, a metáfora existe como condição de existência dos sentidos na língua, como o possível capaz de organizar na própria sintaxe o impossível constitutivo da língua. E o que temos não é mais um efeito de desvio cuja existência depende de um modelo interno à estrutura para dela ser afastado, mobilizando a relação dentro/fora da língua apresentada na seção anterior. O modelo chomskyano de sintaxe é questionado pelo fato de que, contraditoriamente, ao apresentar o desvio como fazendo parte da estrutura, o afasta mediante a justificativa de manutenção da homogeneidade da língua ou de rejeição pelo sujeito que o considera como anormal e, portanto, passível de exclusão. Desse modo, a questão de oposição e negatividade do sistema, colocadas por

Saussure ao apresentar a teoria do valor, é transformada por intermédio da positividade da estrutura, conduzindo a um sentido origem e colocando a metáfora como uma possibilidade de sentido e não como seu fundamento, enveredando, como foi dito, “(...) à ideia de normalização, em um processo de exclusão.” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p.157) Essa é a ordem dos ULE’S, a qual, amparada pela lógica da consciência universal, emerge na linguística pela teoria dos traços “(...) que pressupõe, por sua vez, uma semântica do sentido preexistente, desencadeando a questão da referência ligada à semântica do mundo normal.” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p.158)

Ao transpor essa leitura da semântica gerativista para a dos “mundos possíveis”, Pêcheux e Gadet deslocam a prática de leitura para além das evidências jurídicas que se organizam em torno das práticas específicas do direito. É nesse ponto que, conforme os autores, não se pode mais ignorar a interferência da luta de classes na língua; e a sintaxe passa a ser entendida como um espaço para se pensar o equívoco e a metáfora como constitutivos, e não como um modelo que os coloca como transgressores de uma ordem. Ela abriga o impossível, como prova de que na língua a história se coloca, bem como fochos do inconsciente insistem em iluminar a estrutura. E, desse modo, a metáfora passa a ser concebida como condição dos efeitos de sentidos, de modo que uma sequência discursiva passa a fazer sentido no interior de uma formação discursiva, onde é formulada a partir do assujeitamento ideológico daquele que diz, o que aponta a relação constitutiva entre língua e ideologia como o pilar de sustentação do discurso.

4. “É rápido, seguro e sigiloso”: dizeres metafóricos

A escuta de um discurso sobre *política pública de saúde* implica o reconhecimento de lugares sociais sobre os quais se fala em saúde, de modo que os sentidos se constituam pelo viés discursivo. O recorte que trago para análise representa um dizer vinculado aos saberes do Estado no que se refere à campanha de prevenção a doenças, como um dos investimentos com que um país está comprometido no que diz respeito à saúde da população, com base na legislação. Assumo aqui uma posição de leitor que tenta mostrar na materialidade linguística uma possibilidade de leitura que consiga apontar o que foi discutido em torno de Saussure e, mais do que isso, interpretar, enquanto analista de discurso, pontos em que a história encontra a língua e de que forma esse encontro sustenta a metáfora como base semântica do discurso.

Desse modo, parto do princípio de que na análise exponho-me à opacidade dos sentidos, assim como a minha própria opacidade enquanto indivíduo que ocupa um lugar na história e que, no discurso, está sujeito ao equívoco que se coloca à língua na sua afetação pelo inconsciente, estando sujeito, por conseguinte, à falha da interpelação ideológica. Analisar consiste em um processo de escuta do outro e de escuta de si. “Cavoucar a língua, tocar sua respiração e estranhar o que (a) parece natural sinalizam o trabalho do analista com o torvelinho do discurso, inevitavelmente incompleto e opaco(...)” (ROMÃO, 2011, p.167)

Trago, para tanto, a fim de buscar a história e cavoucar a língua, o estudo de Foucault (2014), o qual nos apresenta um percurso histórico extremamente relevante para que pensemos esses discursos oriundos de uma medicina social. O autor trata a questão a partir da criação da psiquiatria, através da qual o poder do estado estende suas práticas por um viés de regulamentação de práticas e discursos, portanto destinados a regular e controlar os corpos. Segundo ele, a medicina social surge em prol de uma

unificação social, a partir de questões políticas e econômicas que visam, desse modo, atender os interesses do Estado:

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma privada, mas justamente ao contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. [...] Foi no biológico, no somático, no corporal, que antes de tudo investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política. (FOUCAULT, 2014, p. 47)

É sob essa “ordem”, subjacente aos interesses políticos e econômicos do Estado, que emergem os programas de medicina para todos, como um modo de regularizar os corpos e os sujeitos em benefício da sociedade. Desse modo, ainda de acordo com Foucault, a medicina social surge para acompanhar a urbanização das cidades em países já desenvolvidos, como a França, no sentido de uma manutenção sanitária do espaço urbano, mas, antes de tudo, em países em vias de desenvolvimento, como a Alemanha, num espaço enfraquecido política e economicamente. Era preciso olhar para a saúde da população para que uma organização social se desenvolvesse e trouxesse o poder político e econômico de que o país necessitava para tornar-se uma nação, fortalecida e equiparada aos Estados já desenvolvidos. Passo ao objeto de análise em questão:

Sd Fonte: sul21.com.br



Figura 1 – Campanha de Prevenção ao HIV/AIDS

No Brasil, as políticas públicas de saúde foram primeiramente importadas do colonizador, quando aqui chegaram via decreto do Rei de Portugal, apesar de sua oficialização ter ocorrido somente nas décadas de 30 e 40 do século XX. Essa questão já aponta o fato de que o discurso da lei sobre saúde pública constitui-se a partir de uma tensão originada de um embate entre os saberes dos portugueses e os dos índios, o qual é apagado no discurso oficial. Esse discurso da lei organiza-se primeiramente, então, “(...) como uma réplica do que se pensava na Europa, século XVII, pois, na época, havia um movimento científico de rompimento com tudo que era do conhecimento popular, não científico, ou não-médico, sobre saúde” (SILVA, 2004, p.76). Podemos perceber a hegemonia exercida pelo poder político, em relação aos saberes de saúde, sobre os saberes oriundos do conhecimento popular e não institucionalizado. E nessa esteira o saber médico e científico é detentor, paralelamente ao Estado, do discurso oficial a respeito dos cuidados em saúde da população.

No que diz respeito às DST/AIDS, o cuidado com a população organiza-se, desde a origem da AIDS – doença sobre a qual se constitui discursivamente o objeto em análise – em torno do alerta aos riscos de uma doença fatal, de uma *peste*⁶ a qual, através de um vírus, invade o organismo e marca o corpo de forma rápida e assustadora, de modo que nas imagens propagadas na década de 1980, “(...) a silhueta macilenta passa a ser sinônimo do diagnóstico na publicidade da prevenção. Desde a lepra e a sífilis, conhecidas por suas desfigurações, nenhuma enfermidade havia atingido o corpo de forma tão pública” (MOULIN, 2009, p.34). Aliado a essa exposição pública do corpo, o fato de o vírus HIV ser transmitido principalmente por contato sexual, e atacar principalmente os chamados grupos de risco, leva a população infectada a sofrer um estigma sustentado por um discurso o qual mantém imbricados saberes de ordem moral, religiosa e política. Isso produziu no imaginário social um modo de subjetivação da doença tão eficaz que suas marcas são trazidas aos discursos atuais sobre a AIDS, mesmo após décadas do surgimento do vírus, do avanço nos tratamentos de combate ao desenvolvimento da AIDS por um organismo infectado e das estatísticas apontarem uma generalização na possibilidade de contágio que ultrapassa as barreiras da orientação sexual.

Por se tratar de uma epidemia, como outras conhecidas pelo homem ao longo da história, a AIDS representa desde sua origem um mal que assola uma sociedade e traz consigo efeitos devastadores, sendo muitas vezes tratada como consequência de um desvio de comportamento, funcionando como uma espécie de castigo à conduta pecaminosa dos que fazem sexo de modo divergente ou dos viciados em substâncias ilegais. A escritora Susan Sontag, ao discorrer sobre culpa advinda desse imaginário construído a respeito da doença, nos diz o seguinte:

A transmissão sexual da doença, encarada pela maioria das pessoas como uma calamidade da qual a própria vítima é culpada, é mais censurada do que a de outras – particularmente porque a AIDS é vista como uma doença causada não apenas pelos excessos sexuais, mas também pela perversão sexual. (SONTAG, 1989, p. 31-32)

A partir dessa breve passagem pela história da saúde pública e da AIDS, passo agora a observar de que forma a língua de Saussure e o discurso de Pêcheux materializam sentidos nas formulações a respeito da prevenção de doenças, a fim de, como foi dito, perceber a metáfora discursiva, através do funcionamento que coloca em jogo língua, ideologia e história e produz efeitos de sentidos os quais só podem ser percebidos a partir do olhar a esse jogo.

Olhando para a organização linguística, no último enunciado, escolhido para título dessa seção, chama atenção a escolha dos termos que o compõem sintaticamente. Os termos “rápido” e “seguro” caracterizam o exame através de adjetivos que visam seduzir o cidadão a realizá-lo, mostrando-lhe que não será um procedimento que lhe cause risco ou lhe tome demais o seu tempo. Contudo, a escolha pelo termo “sigiloso” faz com que sutilmente algo de diferente seja trazido ao enunciado. Se na relação com

⁶ Susan Sontag, em seu livro *AIDS e suas metáforas*, 1989, apresenta o modo como a doença foi tratada após seu surgimento, durante a década de 1980. A autora discorre sobre as metáforas utilizadas na língua do discurso médico para tratar as questões referentes à AIDS, desde o contágio do vírus HIV até o desenvolvimento da doença, apontando desde palavras oriundas de um campo semântico militar, como *defesa*, *ataque*, *invasão*, até chegar na *peste*, considerada pela autora como a principal de todas as metáforas, responsável, como já ocorrera ao longo da história na designação de outras doenças epidêmicas, pela construção do medo e do preconceito no imaginário social.

os outros signos ele se coloca pelo valor de oposição e isso não chega a trazer nada de novo ao sentido como um todo, na relação com outro significante – deixado de lado pelo viés de uma escolha no eixo associativo – o valor linguístico aponta para a questão de troca por algo dessemelhante cujo sentido deslizaria para um outro lugar, como, por exemplo, aquele da moralidade e do preconceito, ou até mesmo do pecaminoso, oferecendo ao sujeito a proteção de sua identidade perante a sociedade. Mas esse deslize sutil não chega a comprometer o todo do sentido, regularizado e linearizado pelo saber oficial da saúde. Em termos gerativistas, não há nada de agramatical compondo as frases do cartaz, portanto não é necessário excluir nada da estrutura. Não há muito mais aonde ir por uma leitura somente linguística.

Nessa sequência, agora através de uma leitura discursiva e do olhar às demais formulações que compõem a sequência, o não-dito por palavras, parece emergir no funcionamento da imagem, ou seja: o enunciado destaque, acima na composição verbal, apresenta o imperativo dirigido ao cidadão que precisa de cuidado e precisa cuidar do outro, portanto, o cidadão atendido pelas políticas públicas de saúde. Esse dizer lembra uma construção linguística a qual compõe o discurso *religioso*⁷, que ensina que devemos sempre olhar o próximo e, mais especificamente, aquele que compõe os dez mandamentos: *não cobiçai a mulher do próximo*. Esse sentido oriundo de saberes de uma FD religiosa não funciona no dito por palavras, mas pode ser recuperado tanto no não-dito, como por via da imagem, a qual nos traz um padre católico bastante conhecido, o que possibilita a recuperação de uma memória social que funciona ali mesmo onde os saberes dominantes se vinculam a uma FD da saúde.

Pensando o efeito metafórico da linguagem, conforme exposto acima, exponho mais um pouco esse recorte à opacidade: se mantivermos o olhar atento ao dito em palavras, percebemos que o que segue mantém-se no sentido de instrução ao cidadão, de modo que os dizeres convergem em prol do benefício de todos em relação à saúde do corpo e ao cuidado com as práticas sexuais. Trazendo sempre a incumbência de colocar o sujeito como responsável por si e pelo outro, funcionamento o qual se dá principalmente pelo uso das formas imperativas dos verbos: *continue, procure, faça*. E assim recupera-se – na aparente estabilidade de sentidos de um discurso de prevenção e cuidados com a saúde dos indivíduos – a historicidade dos sentidos, a qual traz consigo a relação com a moral e com a punição a comportamentos sexuais desviantes que dela provém, tendo em vista que “(...) a AIDS é concebida de maneira pré-moderna como uma doença provocada pelo indivíduo enquanto tal e enquanto membro de algum ‘grupo de risco’(...)” (SONTAG, 1989, p. 55-56)

No entanto, retomando a formulação inicial, no último enunciado do corpo do texto verbal, surge, algo da ordem do novo, o que nos remete a outras questões sócio-históricas, a outros sentidos. A construção *É rápido, seguro e sigiloso*, leva para um sentido do aspecto sanitário da saúde, através do qual é possível que se realize uma higienização da sociedade, mantendo excluído aquele que por ventura estiver contaminado, ou aquele que, simplesmente por ter realizado o exame, pode ser considerado um risco e uma ameaça à saúde de todos. O adjetivo *sigiloso* irrompe com

⁷ De acordo com Foucault (2014), o saber religioso, responsável pelos cuidados com a saúde do pobre, sofre uma fragmentação devido à capitalização da força de trabalho. A saúde do pobre passa a ser assistida pelo poder político a partir de uma organização que visa à produtividade do pobre, de modo que a assistência religiosa ceda espaço ao governo sem, contudo, deixar de gerenciar as instituições. Basta ver a configuração administrativa e política dos hospitais na atualidade.

o sentido que expõe as diferenças sociais implicadas no sujeito de acordo com o resultado de seu exame, recuperando saberes que compõe as formações imaginárias as quais colocam o saber médico e o paciente como posições em confronto no discurso. E podemos recuperar, então, os sentidos do castigo e da culpa os quais permeiam o imaginário sobre a AIDS, sentidos meta-forizados, de acordo com Pêcheux (2011), novamente de uma FD religiosa e ressignificados quando formulados na FD da saúde através do uso desse adjetivo. Ou seja: se é preciso sigilo, é porque a sociedade ainda não “aprova” a conduta que leva à contaminação, o que contribui com o estigma e a culpabilização das vítimas do HIV.

Nesse sentido, a saúde passa pela questão que fundamenta a medicina social, conforme teorizada por Foucault (2014), já que as políticas públicas são criadas para atenderem aos interesses das classes sociais marginalizadas, cujo pobre, dentre outros, é representante. De acordo com o autor, a medicina social surge na Europa com seus discursos dirigidos aos pobres no momento em que eles passam a representar uma ameaça à sociedade, já que são alvo de doenças, como o cólera, em tempos de expansiva urbanização e divisão, pela força de trabalho, das classes sociais: passa a existir “(...) a idéia de uma assistência controlada, de uma intervenção médica que é tanto uma maneira de ajudar os mais pobres a satisfazer suas necessidades de saúde”, fundamento que sustenta uma política pública, “(...) quanto um controle pelo qual as classes ricas ou seus representantes no governo asseguram a saúde das classes pobres e, por conseguinte, a proteção das classes ricas.” (FOUCAULT, 2014, p.56)

Essas questões políticas que organizam os saberes em torno da cientificidade, e colocam a saúde pública subordinada ao discurso médico, são da ordem dos ULE's. Elas acompanham a necessidade de uma normatização que assegure os direitos dos cidadãos e sua proteção em meio às “coisas-a-saber” que os ameaçam em relação à saúde. Busca-se uma homogeneização que passa por uma higienização de ordem sanitária, dos corpos e da língua, apontando ao fato de que a metáfora não é localizável, do mesmo modo que a poesia não o é, mas ambas constituem os dizeres e as relações sociais entre os sujeitos e entre eles próprios com seus corpos. Assim como para a poesia, ao tratar-se de metáfora na língua, “(...) pode-se defender a ideia de que ela não existe, se está em toda parte na produção de sentido. Ela faz com que as evidências se movam do ‘mundo normal’: em efeito revolucionário” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p.160).

Silva (2004), autor já citado acima, apresenta em sua tese de doutorado uma leitura sobre as *Conferências Nacionais de Saúde (CNS)* bastante esclarecedora a respeito dessas tramas discursivas que compõem os sentidos sobre saúde no Brasil. De lá eu trago um trecho da primeira CNS a qual oficializa a saúde pública por parte do governo:

A seu turno, problemas sanitários do vulto da tuberculose, da malária, da lepra, da peste, que dizimam a nossa gente e **entorpecem o desenvolvimento** do país (...) A atenção que merecem hoje os problemas de saúde em todas as nações adiantadas, tem levado seus governos a criar um órgão central, com **autoridade e poderes amplos** (...). (1ªCNS, DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE, 1942, p.8apudSILVA, 2004, p.72)

O trecho destacado pelo autor elucida bem a questão político-econômica que subjaz ao discurso sobre a saúde no Brasil, desde sua oficialização. A escolha do termo “entorpecem” na constituição do sintagma aponta para um valor de semelhança, para voltarmos a Saussure. Por oposição a um outro significante, ele é escolhido e mantém

traços de significação semelhantes aos de “dificultam”, “atrapalham”. E isso mantém a estabilidade do sentido em sua totalidade.

Discursivamente, os trechos destacados apontam para a historicidade que forja uma origem a partir da qual podemos chegar a determinado sentido. Nesse caso, fica explícita a questão desenvolvimentista que dá origem à atenção com a saúde pública no Brasil. “A saúde é tomada como prerrogativa do governo para as suas finalidades, pois, como esse ato de oficialização da Saúde Pública, ele passa a ter **‘autoridade e poderes amplos’** nessa área” (SILVA, 2004, p.72, grifo do autor). E nesse sentido, é possível o exercício de interpretação sobre o sentido que se constrói pelo viés das falhas e das faltas, tendo em vista sempre que “‘uma palavra por outra’ é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso ((...) seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, na lição pedagógica ou no discurso político...)”. (PÊCHEUX, 2009, p.177).

5. Considerações finais

O que empreendi neste texto foi uma leitura sobre as questões do sentido e da metáfora os quais podem ser lidos em parte da teoria de Saussure, e fundamentam a teoria discursiva de Pêcheux. As questões referentes à saúde pública no Brasil constituem-se através de discursos e práticas organizadas por lugares que entram em embate enquanto materializados, de modo que os efeitos metafóricos de sentido emergem como produto das relações de contradição da história, de equívoco da língua e de intervenção do inconsciente pelo viés do significante. Nesse sentido, a questão do valor na teoria saussuriana aponta para um efeito de mistério que há na língua toda vez que os signos são postos em relação no jogo discursivo e, portanto, a colocam em movimento. É nesse ponto que podemos encontrar um espaço na linguística para pensar as questões referentes ao sentido e avançarmos o quanto for possível numa leitura discursiva, conforme nos ensina Pêcheux, a fim de nos expormos à opacidade da língua e a nossa própria incompletude, enquanto sujeitos que se constituem no discurso por intermédio da língua.

A poesia e a metáfora, quando consideradas como constitutivas, nos permitem perceber a movência dos sentidos e a instabilidade da estrutura linguística. E assim, sintaxe e semântica estão sempre em relação, funcionando a partir do jogo que coloca a língua como dependente da exterioridade, de onde a ideologia e a história são chamadas na interpretação dos sentidos. A língua não é autônoma, ela comporta o diferente, o estranho que, no entanto, a constitui e a faz funcionar nos discursos os quais ela materializa. A final, como nos disse Saussure: *A língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido.*

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Saussure, Chomsky e Pêcheux: a metáfora geométrica do dentro/fora da língua.* In: *Linguagem & Ensino*, Vol.2, nº 1. Pelotas, Educat, 1999, p. 123-37.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder.* São Paulo, Paz e Terra, 2014.

- GADET, François.; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas, Pontes, 2004.
- MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges. (Orgs.) *História do Corpo: as mutações do olhar: o século XX*. Trad. Ephraim F. Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 15-82.
- NORMAND, Claudine. Metáfora e conceito: Saussure/Freud – sobre alguns problemas do discurso teórico. In: BARBISAN, Leci, B. & FLORES, Valdir, N. (Orgs.) *Convite à linguística*, São Paulo: Contexto, 2009, p. 47-79
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2008.
- PÊCHEUX, Michel. Só Há Causa Daquilo que Falha ou o Inverno Político Francês: início de uma retificação. _____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009, p. 269-81.
- PÊCHEUX, Michel. Metáfora e Interdiscurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Pontes Editoras, 2011, p. 151-61.
- ROMÃO, Lucília Maria Souza. Opacidade e incompletude: essa estranha tessitura do sujeito no discurso. In: ROMÃO, Lucília, M.S.; ZANDWAIS, Ana (Orgs.). *Leituras do político*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2011, p. 155-72
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 26ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- SAUSSURE, Ferdinand de. As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand Saussure. Tradução de Carlos Vogt. In: OS PENSADORES (XLIX): Ferdinand Saussure, Roman Jakobson, Louis TrolleHjemslev, Noam Chomnky – textos selecionados. São Paulo: Abril, 1975, p.8-26 [Traduzido do original francês de Jean Starobinsky: *Lesmotsouslesmots – Lesanagrammes de Ferdinand de Saussure*, Paris, ed. Galimard, 1971]
- SILVA, Jerto Cardoso. *Análise de discurso e saúde pública: a hegemoniada discurso biomédico constituindo as representações dos profissionais de saúde pública*. Tese de Doutorado: Porto Alegre, Ufrgs, 2004.
- SONTAG, Susan. *AIDS e suas metáforas*. Trad. Paulo H. Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.